



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
4ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO ESTADUAL DE
CULTURA – 2024/2026

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO ESTADUAL DE**
2 **CULTURA – EIXO 4 – DIVERSIDADE CULTURAL E TRANSVERSALIDADE**
3 **DE GÊNERO, RAÇA E ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA CULTURAL.** Ao 10º
4 (décimo) dia do mês de setembro de 2024, às 13h, reuniram-se, de forma
5 presencial e virtual por meio do aplicativo Teams (via link distribuído
6 via *WhatsApp*) conforme calendário elaborado e aprovado durante a 30ª Sessão
7 Plenária Ordinária. Sob a presidência do conselheiro suplente representante do
8 Artes Visuais e Novas Mídias **PAULO HOLANDA**, como relatora a colaboradora
9 **JENNYFER BALBI E SILVA (CONEC)**, como apoio, a colaboradora **SYMONE**
10 **FARIAS (CONEC)**. O encontro contou com a presença nos termos da lista anexa
11 de participantes virtuais, os quais participaram pelo aplicativo supracitado.
12 **ITACOATIARA ESTADUAL 1.** Neste item, os conselheiros acrescentaram as
13 palavras criar (Fomentar, trabalhar ou difundir) um departamento
14 multiprofissional dentro da secretaria de cultura do Estado, para que possam
15 defender os direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Foi sugerido consultar o
16 jurídico para retirada. A forma de fomentar/ajudar a classe e oferecendo cursos
17 artísticos, para que podemos incluir eles na sociedade, não os excluindo. No
18 município de **MARÃ ESTADUAL 1.** Garantir através do Estado cursos
19 profissionalizantes foi sugerido a formação e capacitação em plataforma online
20 para a comunidade artística em parecerias com CETAM, UEA e SEDUC, que
21 possam abrir oportunidades para os agentes culturais(para consulta) do
22 Amazonas), em plataforma online, para os artistas de grafite e outras expressões
23 artísticas, que possam abrir oportunidades para a população do Amazonas. Foi
24 sugerido também, quando tiver propostas que falem sobre cursos, aglutinam-se.
25 Em **SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA ESTADUAL 1.** Programa cultura viva:
26 Viabilizar o financiamento de ações que visem a valorização dos conhecimentos
27 tradicionais tendo em conta os conhecimentos milenares dos povos indígenas
28 como também a sua difusão na sociedade. Foi sugerido incluir no caderno
29 reserva. **ESTADUAL 1.** Garantir (o cumprimento da lei da acessibilidade)
30 espaços adaptados para os grupos culturais municipais através do Ministério da
31 Cultura. Foi sugerido incluir para consulta jurídica. **2.** Garantir o espaço de
32 proteção e de apoio às pessoas que sofrem discriminação, com apoio de equipe
33 multidisciplinar, com recursos do governo do estado e do ministério da cultura.
34 **3.** Captar recursos para o fundo municipal de cultura, através do Ministério da
35 Cultura para a cultura estadual e municipal, no intuito de capacitar cada
36 segmento de como usar os recursos advindos do governo federal. **TONANTINS**
37 **ESTADUAL 1.** Promover a inclusão socioeconômica de pessoas com
38 deficiência, idosos(a), indígenas, como produtores e não apenas consumidores



39 de arte. **UNIÃO 1.** Implementar cursos de nível técnico e superior (de forma
40 regular ou itinerante em artes cênicas nos municípios do Amazonas) em artes
41 cênicas no município de Tonantins. **NHAMUNDÁ ESTADUAL 1.**
42 Cofinanciamento dos recursos, seja federal, estadual e municipal, para que as
43 secretarias apliquem em projetos, conforme os diagnósticos territoriais dos
44 fazedores de cultura, ou expressões e grupos ou movimentos. **NACIONAL 1.**
45 Fortalecimentos das políticas culturais na valorização das expressões e dos
46 grupos, promovendo a acessibilidade da política cultural. **ENVIRA Estadual 1.**
47 Criação de fontes de financiamentos e repasse de recursos para a construção e
48 manutenção de espaços culturais, visando a diversidade cultural. **2.** Promover
49 capacitação visando a diversidade cultural das pessoas envolvidas com a
50 cultura. Foi sugerido aglutinar com a proposta 1 de Marã. O **conselheiro Paulo**
51 **Holanda** questionou os demais presentes se estavam de acordo com a proposta
52 apresentada. Com a concordância geral, mencionou que o próximo ponto seria
53 referente ao município de Envira, destacando a proposta estadual. A primeira
54 proposta envolve a criação de fontes de financiamento e repasse de recursos
55 para a construção e manutenção de espaços culturais, com o objetivo de
56 promover a diversidade cultural, tema já debatido previamente, inclusive com
57 relação às fontes de financiamento de Nhamundá. Decidiu-se colocar essa
58 proposta em cadastro reserva, com a possibilidade de aglutinação. A segunda
59 proposta de Envira trata da promoção de capacitação, com foco na diversidade
60 cultural das pessoas envolvidas com a cultura, que também foi considerada
61 passível de aglutinação com uma proposta anterior. Em seguida, o conselheiro
62 Paulo Holanda mencionou a proposta estadual de Careiro Castanho, que
63 envolve o fortalecimento do extrativismo sociocultural amazônico nos
64 municípios, por meio de capacitações para grupos de artesãos, indígenas e
65 povos tradicionais, com ênfase no respeito à diversidade de gênero. Ele
66 ressaltou que essa proposta pode ser aglutinada com a proposta inicial de cursos
67 de capacitação, com o diferencial de incluir explicitamente grupos de artesãos,
68 indígenas e demais povos, refletindo o trabalho que já vem sendo desenvolvido.
69 **CAREIRO CASTANHO ESTADUAL 1.** Potencializar o extrativismo sociocultural
70 amazônico nos municípios através de capacitações de grupos de artesãos,
71 indígenas, povos tradicionais respeitando a adversidade de gênero. Foi sugerido
72 aglutinar com a proposta 1 de Marã. **2.** Promover a diversidade cultural
73 (apoiando os municípios na construção de espaços culturais para apresentação
74 de todas as artes) através de campanhas de enfrentamento ao racismo e a todas
75 as formas de discriminações correlatas, apoiando os municípios na construção
76 de espaços culturais para apresentações de todas artes. O **conselheiro Paulo**
77 **Holanda** finalizou abrindo a plenária para ouvir os demais. O conselheiro Dudson
78 Carvalho concordou, afirmando que se tratava de mais uma aglutinação,
79 referente à mesma matéria mencionada anteriormente. Ele destacou a
80 importância de lembrar que o individualismo de cada município será discutido



81 posteriormente em âmbito local. Ao encaminhar as propostas para o nível
82 estadual, cada município terá a oportunidade de individualizar seus planos de
83 acordo com suas potencialidades. Assim como Manaus já possui seu plano, os
84 demais municípios também terão os seus. O conselheiro Dudson Carvalho
85 considerou pertinente o que estava sendo discutido, mas enfatizou a
86 necessidade de fazer a junção das propostas. O **conselheiro Vanderley**
87 **Pinheiro** expressou sua opinião de que a proposta em questão deveria ser
88 novamente aglutinada, já que apresenta elementos que se identificam com
89 outras propostas. Ele sugeriu que seria necessário apenas ajustar um termo ou
90 uma palavra para que a proposta possa ser abrangida juntamente com as
91 demais. O **conselheiro Paulo Holanda** aprovou a ideia de aglutinar a proposta
92 à primeira de Maraã, que trata dos cursos. Em seguida, apresentou a segunda
93 proposta, que visa promover a diversidade cultural por meio de campanhas de
94 enfrentamento ao racismo e a todas as formas de discriminação correlatas, além
95 de apoiar os municípios na construção de espaços culturais para apresentações
96 artísticas. O **conselheiro Paulo Holanda** finalizou abrindo a plenária para
97 discussão. O **conselheiro Vanderley Pinheiro** afirmou que a diversidade
98 cultural já existe e que o enfrentamento está sendo abordado por meio da oferta
99 de oportunidades, especialmente para pessoas negras, que por muito tempo
100 tiveram seu acesso a esses espaços negado. Ele destacou que esse
101 reconhecimento está ocorrendo agora por meio das políticas culturais e ações
102 afirmativas do estado e dos municípios, que já estão sendo implementadas. A
103 **conselheira Lydia Lúcia** comentou que, em relação à primeira parte da
104 proposta, que trata de promover a diversidade cultural por meio de campanhas
105 de enfrentamento ao racismo e discriminações correlatas, isso seria uma
106 questão de natureza social, não cabendo ao grupo promover essas campanhas.
107 No entanto, ela concordou que o apoio aos municípios na construção de espaços
108 culturais para apresentações artísticas já está alinhado com discussões
109 anteriores sobre a criação de novos espaços e suas respectivas nomenclaturas.
110 Em seu entendimento, a promoção da inclusão de pessoas e da diversidade
111 cultural caberia ao setor cultural, mas a promoção de campanhas em si seria
112 uma responsabilidade social. Ela sugeriu que a inclusão e o acolhimento na arte
113 para pessoas que sofrem discriminação seriam mais apropriados, mas que a
114 proposta, da forma como está, não parecia adequada. O **conselheiro Dudson**
115 **Carvalho** concordou plenamente com a observação feita pela conselheira Lydia
116 Lúcia e reforçou a importância de focar nas questões que são de
117 responsabilidade direta da área de cultura. Ele destacou que, ao abordar
118 questões de cunho social, a situação se torna mais complexa, e o grupo não tem
119 competência para legislar sobre esses assuntos. Ressaltou ainda que o
120 documento que está sendo elaborado terá força de lei, e quanto menos
121 dependerem de terceiros para sua execução, melhor será para o cumprimento
122 de seus objetivos. O **conselheiro Paulo Holanda** informou que havia recebido



123 um esclarecimento de Symone a respeito de uma etapa futura em que os órgãos
124 envolvidos nas propostas seriam consultados. Ele sugeriu que, nesse contexto,
125 a proposta poderia incluir indicativos para envolver outros órgãos, possibilitando
126 conversas posteriores com eles. Paulo Holanda destacou que a proposta não se
127 perderia completamente, mas poderia ser reformulada. Ele apresentou uma
128 sugestão de redação: "promover a diversidade cultural, apoiando os municípios
129 na construção de espaços culturais para apresentações de todas as artes". Isso
130 removeria a parte referente a campanhas de enfrentamento ao racismo e outras
131 formas de discriminação, tornando a proposta mais objetiva. Ele convidou os
132 demais a opinarem sobre a nova redação, pedindo que a proposta fosse escrita
133 para que pudessem avaliá-la melhor. A **conselheira Lydia Lúcia** manifestou seu
134 apoio à proposta apresentada pelo conselheiro Paulo Holanda, mas sugeriu que,
135 conforme já explicado por Symone, seria importante manter em destaque a parte
136 referente às campanhas de enfrentamento ao racismo e às discriminações
137 correlatas, para que não se perdesse essa questão. Ela considerou interessante
138 a promoção da diversidade e sugeriu que, ao redigir o novo texto, fosse aberto
139 um parêntese para incluir essa nova redação proposta, mantendo a parte das
140 campanhas como uma observação. Isso garantiria que ambos os pontos fossem
141 considerados. O **conselheiro Paulo Holanda** compreendeu a importância da
142 parte referente às campanhas, mencionando a possibilidade de parcerias com a
143 Defensoria Pública e outros órgãos para o enfrentamento ao racismo e formas
144 de discriminação. Ele orientou Jennyfer a apagar o que havia escrito entre
145 parêntese e a manter a proposta original, destacando a parte das campanhas e,
146 em seguida, incluindo a nova redação: "promover a diversidade cultural,
147 apoiando os municípios na construção de espaços culturais para apresentações
148 de todas as artes". Ele então sugeriu seguir para a próxima proposta, que era a
149 criação de um espaço para ações culturais com o objetivo de ampliar a visão e
150 o debate sobre transversalidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia. O
151 **conselheiro Vanderley Pinheiro** apoiou a ideia de que esse espaço deveria
152 abranger todo o estado e sugeriu que fosse virtual, garantindo a participação das
153 pessoas envolvidas e que atuam diretamente nas causas. Ele propôs a criação
154 de um fórum, que poderia ser anual ou bienal, para discussões relevantes. Ele
155 questionou se essa abordagem fazia sentido para o grupo. O **conselheiro Paulo**
156 **Holanda** mencionou que havia anotado uma proposta para a criação de um
157 fórum da diversidade cultural no estado, que se alinhava com a ideia do
158 conselheiro Vanderley Pinheiro sobre um espaço para ações culturais,
159 abordando temas transversais de gênero. O **conselheiro Vanderley Pinheiro**
160 esclareceu que o espaço não precisava ser apenas um local específico para a
161 criação, mas sim um espaço para que as pessoas pudessem se reunir e debater.
162 Ele reforçou que essa iniciativa poderia ser complementada com a criação de
163 uma comissão, conforme já havia sido sugerido anteriormente. A conselheira
164 Lydia Lúcia sugeriu a criação de um fórum estadual que possa reunir as



165 demandas municipais. Ela expressou a crença de que essa seria uma
166 abordagem eficaz, destacando que um fórum poderia servir como um espaço de
167 discussão e colaboração para abordar as questões relacionadas à diversidade
168 cultural e às necessidades dos municípios. O **conselheiro Paulo Holanda**
169 argumentou que um espaço físico demandaria muitos recursos, incluindo
170 infraestrutura e uma pessoa responsável pelo debate. Ele destacou que um
171 fórum poderia reunir participantes de diferentes localidades, facilitando a
172 inclusão de pessoas do interior no diálogo, seja de forma presencial ou virtual.
173 Para ele, a criação desse espaço seria, na verdade, um fórum para ações
174 culturais, visando ampliar a discussão sobre transversalidades. Ele pediu ao
175 conselheiro Dudson que repetisse a pauta, e o **conselheiro Dudson Carvalho**
176 mencionou a proposta de criar um espaço para ações culturais que ampliasse a
177 visão e o debate sobre transversalidade de gênero, orientação sexual, raça e
178 etnia. O conselheiro Paulo Holanda acrescentou que, conforme sugerido
179 também pela conselheira Lydia, o espaço não deveria ser apenas físico, mas sim
180 um fórum estadual de encontros, possibilitando um debate mais abrangente
181 sobre essas questões. O **conselheiro Dudson Carvalho** expressou seu
182 entusiasmo pela ideia de criar um espaço físico para discussões. Ele ressaltou
183 que é importante abrir um local onde as pessoas possam debater abertamente
184 sobre os assuntos propostos, com a liberdade de ouvir ou não. Para ele, essa
185 proposta deve ser complementada com outras que surgirão, pois criar apenas
186 um espaço para ações culturais voltadas à transversalidade de gênero e
187 orientação sexual não seria suficiente. Ele sugeriu que esse espaço se tornasse
188 uma ação permanente, com encontros regulares, talvez mensais, para discutir e
189 explorar diversos temas. O **conselheiro Dudson Carvalho** enfatizou a
190 necessidade de um espaço adequado para garantir a inclusão e a valorização
191 das minorias, demonstrando sua forte simpatia pela ideia. O **conselheiro Paulo**
192 **Holanda** sugeriu a redação da proposta como a criação de um espaço,
193 especificando que seria um fórum para ações culturais, visando ampliar o
194 debate. O **conselheiro Dudson Carvalho** apoiou a ideia de transformar isso em
195 um grande fórum, enfatizando a importância de ter espaços exclusivos para ouvir
196 todos os segmentos da sociedade, para que possam avançar juntos. Ele
197 argumentou que é essencial criar esses ambientes de discussão, já que não dá
198 mais para avançar em passos lentos. O **conselheiro Vanderley Pinheiro** deu
199 seu apoio para que a proposta fosse encaminhada. A **conselheira Lydia Lúcia**,
200 no entanto, expressou suas preocupações. Ela se mostrou receosa com a ideia
201 de criar um espaço físico, pois isso envolveria questões logísticas e financeiras,
202 como a necessidade de reunir pessoas regularmente para discutir. Ela fez uma
203 analogia com um projeto anterior em Manaus, que não saiu do papel, e ressaltou
204 a importância de formatar o espaço de forma que as demandas possam ser
205 efetivamente canalizadas. Lydia sugeriu que, ao invés de criar um espaço físico,
206 a ideia de um fórum poderia permitir reuniões em locais já existentes, como



207 escolas ou secretarias de cultura, possibilitando a coleta e o encaminhamento
208 das demandas de maneira mais prática e metódica. O **conselheiro Dudson**
209 **Carvalho** sugeriu que a palavra "fomentar" poderia ser mais adequada do que
210 "criar", já que o conceito de criar um espaço pode ser desafiador. Ele mencionou
211 a longa solicitação para a criação do Parque dos Orixás em Manaus, um espaço
212 que permitiria atividades relacionadas às religiões afrodescendentes, mas que
213 ainda não foi incentivado. Ele enfatizou a importância de pensar em um palco de
214 discussão e, se a palavra "criar" não for a ideal, "fomentar" poderia funcionar,
215 pois já existem locais que poderiam ser utilizados. A **conselheira Lydia Lúcia**
216 afirmou que, como professora, pensava de forma didática. Ela compreendeu que
217 "criar um espaço para ações culturais" poderia ser interpretado de maneira
218 ampla e destacou que a ação cultural pode englobar diferentes práticas,
219 incluindo educação. Concordou com o conselheiro Dudson, mencionando que o
220 texto precisaria de ajustes para adequar melhor a linguagem e a intenção da
221 proposta, diferenciando entre "atividades culturais" e "ações culturais". Ela
222 sugeriu que essa nuance precisaria ser refletida na redação final. O **conselheiro**
223 **Paulo Holanda** propôs a redação da proposta como "propiciar um espaço e
224 fórum estadual para ações e práticas culturais", enfatizando que esse espaço
225 poderia ser utilizado tanto para ações quanto para práticas culturais, ampliando
226 a discussão sobre gênero. Ele mencionou que a conselheira Symone Farias
227 tinha um esclarecimento sobre a questão orçamentária. **Symone Farias** lembrou
228 a todos sobre a importância de que os valores relacionados às propostas estejam
229 dentro do Plano Plurianual (PPA) ou da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
230 Ela destacou que era necessário conversar com os órgãos competentes, como
231 a Sefaz, para garantir que as propostas que envolvem dinheiro sejam bem
232 analisadas e inseridas no orçamento após a aprovação do plano estadual de
233 cultura. O **conselheiro Paulo Holanda** reiterou a necessidade de votar a
234 proposta, considerando os esclarecimentos de Symone. Ele pediu a opinião do
235 grupo sobre manter a ideia do espaço físico para ações e práticas culturais. O
236 **conselheiro Dudson Carvalho** apoiou a manutenção da proposta e lembrou
237 que, após o encaminhamento das pautas, elas serão discutidas pela assembleia,
238 que analisará o orçamento e a contrapartida do estado e dos municípios. Ele
239 mencionou a existência de espaços ociosos, como o Parque dos Orixás e o
240 Parque Sumaúma, que poderiam ser utilizados para as ações propostas.
241 **Symone Farias** concordou com Dudson, mas reiterou que é crucial pensar em
242 ações viáveis a longo prazo, que possam ser executadas e reavaliadas. Ela
243 destacou que o plano estadual de cultura deve ser elaborado com a perspectiva
244 de que as propostas sejam realizáveis, considerando a natureza do
245 planejamento a dez anos e a reavaliação a cada quatro. **UARINI ESTADUAL**
246 1. Criar (Propiciar) um espaço (e fórum estadual) para ações (e práticas) culturais
247 para ampliar a visão e o debate sobre transversalidades de gênero de orientação
248 sexual, de raça e etnia. O **conselheiro Paulo Holanda** informou que a proposta



249 em pauta se mantém após a reescrita e passou a discutir a proposta de Boca do
250 Acre, que envolve a criação de uma coordenação na Secretaria de Estado para
251 tratar de assuntos voltados ao público LGBTQIANP+. Ele perguntou se alguém
252 gostaria de contribuir. **BOCA DO ACRE 1.** Criação de uma Coordenação dentro
253 da Secretaria de Estado que ampare e trate de todos os assuntos voltados ao
254 público LGBTQIAP +. **2.** Que o Governo Abra salas que ofereça o conhecimento
255 sobre cinema e teatro para as comunidades dos interiores, despertando assim
256 interesse e descobrindo novos talentos. A **conselheira Lydia Lúcia** lembrou que
257 já havia uma proposta semelhante discutida anteriormente. **O conselheiro**
258 **Paulo Holanda** esclareceu que já existe uma coordenação na Secretaria que
259 lida com questões LGBTQIANP+, e que a nova coordenação foi ocupada por
260 Bianca e Ravi. Ele sugeriu que essa proposta fosse encaminhada para o caderno
261 reserva e em seguida, apresentou a proposta 2, que sugere a abertura de salas
262 que ofereçam conhecimento sobre cinema e teatro nas comunidades do interior,
263 visando descobrir novos talentos. **O conselheiro Dudson Carvalho** mencionou
264 a necessidade de um caráter itinerante para a proposta, questionando como isso
265 está sendo implementado, especialmente em relação ao que foi feito na Lei
266 Paulo Gustavo. **O conselheiro Paulo Holanda** reiterou que essa proposta visa
267 formar público e não profissionais, sugerindo que ela poderia se articular com a
268 abertura de editais. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** ressaltou que a
269 demanda em Boca do Acre pode já estar contemplada pela Lei Paulo Gustavo,
270 citando a abertura de uma sala de cinema em Itaquiara como exemplo. Após
271 discussão, o **conselheiro Paulo Holanda** propôs que essa proposta fosse
272 colocada no caderno reserva, considerando a dependência da demanda nos
273 editais. Dudson concordou, destacando que a proposta envolve recursos que
274 devem ser avaliados com cautela devido ao "custo Amazônia". Paulo, então,
275 perguntou aos outros conselheiros, Lydia e Vanderley, se podiam encaminhar a
276 proposta para o caderno reserva. **O conselheiro Vanderley Pinheiro** confirmou
277 que a proposta poderia ser encaminhada. **CANUTAMA 1.** Estabelecer (garantir
278 o cumprimento de) políticas públicas (federais a nível de Estado) que promovam
279 fomento financeiro, programas educativos, incentivo à produção cultural
280 diversificada e acessível, através: a) criação de comitês consultivos; b) incentivo
281 à produção de conteúdo cultural diversificado; c) pesquisa e coleta de dados,
282 considerando a disponibilização de subsídios e financiamento para projetos
283 culturais que priorize a diversidade cultural, igualdades de gênero, inclusão dos
284 povos das matas, das águas, indígenas, quilombolas, população LGBTQIA+,
285 culturas de matriz africana, culturas periféricas, cultura do hip-hop, artistas
286 circenses, capoeiristas, comunidade surda, pessoas com deficiências (PCD); e
287 d) acessibilidade para a criação de iniciativas que abordem essas questões de
288 maneira significativa; **2.** Fortalecer parcerias para otimizar recursos e promover
289 ações conjuntas em prol da diversidade cultural e inclusão de populações
290 minorizadas e acessibilidade, a exemplo do Programa Nacional de Pontos de



291 Cultura e da Lei Cultura Viva, fazendo o uso de uma linguagem simplificada e
292 adaptada para os diferentes tipos de deficiência. **3.** Desenvolver programas de
293 capacitação para gestores culturais, (de grupos, associações, coletivos, de
294 representação de entidades civis) visando a compreensão das necessidades
295 específicas de grupos como povos indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, culturas
296 de matriz africana, culturas periféricas, artistas circenses, comunidade surda,
297 pessoas com deficiências (PCD), entre outros, garantindo o enfrentamento de
298 toda forma de opressão e marginalização, com abordagens sensíveis e
299 inclusivas para combater a violência que atinge as populações minorizadas. o
300 **conselheiro Paulo Holanda** apresentou a proposta de Canutama, que visa
301 estabelecer políticas para promover o fomento financeiro e programas
302 educativos, incentivando a produção cultural diversificada e acessível. Ele
303 detalhou que a proposta abrange a criação de comitês consultivos, o incentivo à
304 produção de conteúdo cultural diversificado, a pesquisa e coleta de dados que
305 contemplem a disponibilização de subsídios e financiamento para projetos
306 culturais, priorizando a diversidade cultural, igualdade de gênero, inclusão de
307 povos das matas, das águas indígenas, quilombolas, população LGBTQIAPN+,
308 culturas de matriz africana, culturas periféricas, cultura do hip hop, artistas
309 circenses, capoeiristas, comunidade surda e pessoas com deficiência, além da
310 acessibilidade para a criação de iniciativas que abordem essas questões de
311 maneira significativa. Após apresentar os detalhes, o **conselheiro Paulo**
312 **Holanda** abriu a palavra para discussão. A **conselheira Lydia Lúcia** iniciou sua
313 fala afirmando que já existem políticas públicas estabelecidas, citando a cultura
314 viva, que fomenta e promove, garantindo financiamento através da PNAB. Ela
315 destacou que tudo que estava sendo discutido já está contemplado na Lei
316 14.913. O **conselheiro Paulo Holanda** concordou com a conselheira, reiterando
317 que as atuais políticas públicas já estão em ação. Em seguida, o conselheiro
318 Dudson Carvalho se manifestou, ressaltando a importância de direcionar uma
319 política estadual e estabelecendo metas que o governo possa cumprir. Ele
320 expressou preocupação ao afirmar que, mesmo com a política federal em
321 andamento, ainda há necessidade do estado investir em sua própria pauta. O
322 **conselheiro Paulo Holanda** observou a questão da autonomia, sugerindo que
323 a discussão poderia se tornar redundante, pois já é atribuição dos órgãos
324 responsáveis por políticas públicas. A **conselheira Lydia Lúcia** complementou
325 que, embora as políticas já estejam estabelecidas, é necessário forçar a prática
326 dessas ações nos municípios, enfatizando que as leis devem ser cumpridas e
327 fiscalizadas. O **conselheiro Dudson Carvalho** concordou com a conselheira e
328 trouxe um exemplo atual sobre um edital do conselho de cultura, que havia sido
329 retirado. Ele ressaltou que, sem uma legislação estadual, o estado não terá
330 obrigação de cumprir as metas, mesmo que sejam cobradas. O **conselheiro**
331 **Paulo Holanda** concordou, afirmando que garantir o cumprimento das políticas
332 públicas federais a nível estadual é essencial. A **conselheira Lydia Lúcia**



333 reforçou a necessidade de efetividade e assertividade nas ações, enquanto o
334 **conselheiro Vanderley Pinheiro** manifestou seu apoio ao ponto levantado. Na
335 sequência, o **conselheiro Paulo Holanda** apresentou o segundo ponto da
336 pauta, que trata do fortalecimento de parcerias para otimizar recursos e
337 promover ações conjuntas em prol da diversidade cultural e inclusão de
338 populações minorizadas, propondo o uso de uma linguagem acessível. O
339 **conselheiro Dudson Carvalho** comentou que a questão já havia sido garantida
340 em discussões anteriores sobre a legislação federal. O conselheiro Paulo
341 Holanda sugeriu registrar essa questão no caderno reserva. Em seguida, o
342 **conselheiro Paulo Holanda** abordou o terceiro ponto: desenvolver programas
343 de capacitação para gestores culturais, com o objetivo de compreender as
344 necessidades específicas de grupos diversos. A **conselheira Lydia Lúcia**
345 expressou suas preocupações sobre a capacitação de gestores culturais,
346 mencionando que muitos ocupam esses cargos por indicação política, sem a
347 preparação necessária. O **conselheiro Dudson Carvalho** concordou, afirmando
348 que o foco deveria ser em ativistas culturais, pois a gestão muitas vezes é feita
349 por pessoas sem experiência na área. O **conselheiro Paulo Holanda** sugeriu
350 que a proposta fosse reformulada para incluir grupos, associações e coletivos, e
351 a **conselheira Lydia Lúcia** reforçou que a capacitação deve ser direcionada a
352 esses grupos de base. O **conselheiro Paulo Holanda** finalizou a discussão
353 sobre a necessidade de capacitação de gestores culturais e fez uma chamada
354 para a próxima pauta da reunião. **HUMAITÁ ESTADO 1.**Homenagem em vida
355 pela ALEAM aos trabalhadores da cultura dos artistas LGBTQIAPN+. **2.** Criação
356 do selo LGBTQIAPN+ em peças artísticas com validação do conselho estadual
357 de cultura. O **conselheiro Paulo Holanda** trouxe à pauta a proposta de
358 homenagem, pela ALEAM, aos trabalhadores da cultura e artistas
359 LGBTQIAPN+. Ele abriu a plenária para discussões sobre a primeira proposta.
360 O **conselheiro Vanderley Pinheiro** questionou quem seriam os artistas
361 homenageados. O **conselheiro Paulo Holanda** reconheceu a dificuldade em
362 identificar outros homenageados. O **conselheiro Vanderley Pinheiro** observou
363 que alguns artistas podem preferir não se expor publicamente, mesmo que
364 queiram participar da homenagem, e questionou como seriam feitas as
365 indicações para essa homenagem. O **conselheiro Paulo Holanda** sugeriu que
366 a homenagem fosse aberta aos trabalhadores dessa categoria, sem obrigações,
367 mas como uma proposta da ALEAM. A **conselheira Lydia Lúcia** perguntou
368 sobre quem poderia propor esse tipo de homenagem, mencionando que
369 geralmente é a sociedade civil, através de vereadores ou deputados, e que,
370 como conselheira, ela poderia solicitar essa homenagem. Ela expressou
371 incerteza sobre como isso se encaixaria no plano, afirmando que a homenagem
372 precisa ser espontânea e que talvez uma associação LGBTQIAPN+ pudesse
373 fazer a proposta à ALEAM. O **conselheiro Vanderley Pinheiro** concordou que
374 a proposta é mais política e o **conselheiro Paulo Holanda** sugeriu que,



375 enquanto conselho, poderia encaminhar uma proposta à ALEAM para uma
376 homenagem aos trabalhadores e artistas LGBTQIAPN+, decidindo que essa
377 questão fosse levada ao caderno reserva. A segunda proposta apresentada pelo
378 **conselheiro Paulo Holanda** foi a criação de um selo LGBTQIAPN+ em peças
379 artísticas, com validação do conselho estadual de cultura. O **conselheiro**
380 **Vanderley Pinheiro** considerou a proposta polêmica, questionando a
381 interpretação do conselheiro e se a solicitação do selo seria aceita. A
382 **conselheira Lydia Lúcia** opinou que a criação de um selo deveria partir de uma
383 associação e que, se não fosse um selo nacional, deveria ser solicitado apoio ao
384 conselho. Ela argumentou que a proposta não cabe no plano, pois é muito
385 individual e específica de grupos organizados. O **conselheiro Dudson Carvalho**
386 concordou com a conselheira, sugerindo que a validação do selo poderia vir do
387 estado ou do próprio conselho, mas a criação do selo em si é complicada, já que
388 exigiria apoio para todos os segmentos. Ele afirmou que o conceito de marcas e
389 patentes teria que ser considerado. O **conselheiro Paulo Holanda** reiterou que
390 é conflitante para o conselho criar um selo, uma vez que isso cabe à comunidade
391 LGBTQIAPN+. Ele concordou que a proposta fosse levada ao caderno reserva.

392 **ITAPIRANGA ESTADO 1.** Ampliar mecanismo de alternativa de rendas,
393 considerando e respeitando a identidade cultural regional. **2.** Criar um programa
394 (que respeite a paridade) de cotas, contratação de artistas locais em (quaisquer)
395 eventos oficiais do Estado (governamentais do estado), (fazendo valer a
396 equidade financeira). Foi sugerido pelos conselheiros uma consulta jurídica.

397 **NACIONAL 1.** Criar um mecanismo pelo Governo Federal de modo a não deixar
398 a inteligência artificial criar mecanismos manipuladores, de forma a aniquilar a
399 cultura de base. **2.** Criar um dicionário do linguajar caboclo (povos) tradicionais
400 (sotaque). O **conselheiro Paulo Holanda** introduziu a proposta de ampliar
401 mecanismos de alternativas de renda, considerando e respeitando a identidade
402 cultural regional, abrindo a plenária para discussões. A **conselheira Lydia Lúcia**
403 comentou que a ampliação de mecanismos implica a busca por indicadores e
404 questionou o significado de “alternativas de renda”, mencionando a existência da
405 economia criativa e de uma Secretaria específica para isso. Ela sugeriu que a
406 proposta fosse analisada mais profundamente por alguém mais familiarizado
407 com o assunto. O **conselheiro Vanderley Pinheiro** observou que a proposta é
408 enigmática. O **conselheiro Paulo Holanda** concordou, destacando que a
409 proposta carece de um objetivo central e sugeriu que fosse encaminhada ao
410 caderno reserva. O **conselheiro Dudson Carvalho** também expressou sua
411 dificuldade em entender a proposta, reforçando a necessidade de que sejam
412 especificados quais mecanismos seriam ampliados. Em seguida, o **conselheiro**
413 **Paulo Holanda** apresentou a segunda proposta: a criação de um programa de
414 cotas para a contratação de artistas locais em eventos oficiais do estado. A
415 **conselheira Lydia Lúcia** apoiou a ideia, afirmando que é essencial reconhecer
416 e dar oportunidades aos talentos locais. No entanto, ela expressou incerteza



417 sobre a terminologia “programa de cotas”, destacando que o jurídico deve ser
418 consultado. O **conselheiro Paulo Holanda** considerou a proposta interessante,
419 pois permite a inclusão de artistas locais não apenas em grandes eventos, mas
420 também em eventos oficiais, como recepções e apresentações. O **conselheiro**
421 **Vanderley Pinheiro** sugeriu que a contratação de artistas locais deveria ser
422 proporcional ao valor gasto com artistas de fora, promovendo uma distribuição
423 justa. O **conselheiro Dudson Carvalho** concordou com a ideia de que a
424 implementação da contratação de artistas locais em eventos oficiais deveria ser
425 obrigatória. Ele enfatizou que é importante que todos os eventos oficiais
426 apresentem artistas locais, citando exemplos de recepções onde isso poderia
427 ocorrer. A **conselheira Lydia Lúcia** acrescentou que a palavra adequada seria
428 “paridade”, garantindo que, em eventos com artistas de fora, haja uma
429 representação igual de artistas locais. O conselheiro Paulo Holanda sugeriu uma
430 redação que incorporasse a obrigatoriedade e a paridade na contratação de
431 artistas locais. A **conselheira Lydia Lúcia** pediu que a proposta fosse escrita de
432 forma clara, solicitando a inclusão do respeito à paridade na contratação de
433 artistas, fazendo valer a equidade financeira em eventos oficiais do estado. Ela
434 argumentou que a equidade é necessária, pois os custos de artistas de
435 diferentes regiões variam significativamente. O **conselheiro Paulo Holanda**
436 pediu que a conselheira Lydia repetisse as sugestões para que a redação
437 pudesse ser formalizada. A **conselheira Lydia Lúcia** então detalhou a proposta,
438 enfatizando a importância de respeitar a paridade na contratação de artistas
439 locais, garantindo que a distribuição financeira seja justa e proporcional.
440 **Conselheiro Paulo Holanda** iniciou afirmando que a proposta discutida ainda
441 precisava de ajustes, principalmente para incluir a obrigatoriedade da
442 contratação de artistas em eventos oficiais, não se limitando a grandes eventos.
443 **Conselheira Lydia Lúcia** concordou, mencionando que se referia tanto a
444 eventos formais quanto informais no calendário da cidade, e questionou a
445 opinião do conselheiro Dudson Carvalho. **Conselheiro Dudson Carvalho**
446 respondeu afirmando que não se tratava apenas de grandes eventos, mas de
447 qualquer tipo de evento, sejam recepções, dias temáticos ou outros tipos de
448 movimentações, mesmo extraoficiais. Ele sugeriu substituir o termo “oficial” e
449 focar em eventos como um todo, para garantir a participação de diversos tipos
450 de artistas. Além disso, mencionou que o foco não deveria ser apenas em
451 eventos de grande porte, e sim nos eventos menores que também necessitariam
452 de diferenciação e paridade na contratação. **Conselheira Lydia Lúcia** sugeriu
453 que fosse abrangido tanto eventos municipais quanto estaduais, eliminando a
454 palavra “oficial” para que a proposta se aplicasse a todos os eventos.
455 **Conselheiro Paulo Holanda** opinou que “locais” também seria uma boa adição
456 ao texto, referindo-se aos eventos. **Conselheiro Dudson Carvalho** propôs a
457 criação de um programa de contratação de artistas locais, enfatizando a
458 importância de incluir esses artistas em eventos de todas as naturezas, como



459 recepções governamentais, inaugurações de obras, entre outros. Ele sugeriu
460 retirar uma pequena porcentagem dos gastos com grandes estruturas, como
461 palco e iluminação, para destinar aos artistas locais. **Conselheiro Paulo**
462 **Holanda** passou a palavra ao **conselheiro Vanderley Pinheiro**, que sugeriu
463 que a própria Secretaria de Cultura, através da AADC (Agência Amazonense de
464 Desenvolvimento Cultural), já possuía um cadastro de artistas e que seria uma
465 questão de boa vontade dos gestores em utilizar esses cadastros. **Conselheiro**
466 **Dudson Carvalho** respondeu que a proposta visava legalizar esse processo,
467 tornando mais fácil para o poder público seguir a lei e garantir a geração de renda
468 e trabalho para os artistas locais. **Conselheiro Paulo Holanda** sugeriu a
469 seguinte redação para a proposta: "Criar um programa que respeite a paridade
470 na contratação de artistas locais em quaisquer eventos governamentais do
471 estado, fazendo valer a equidade financeira". Ele questionou se essa formulação
472 estaria adequada. **Conselheiro Dudson Carvalho** alertou sobre a questão de
473 legislar sobre os municípios, sugerindo que a proposta fosse restrita aos eventos
474 governamentais estaduais. **Conselheiro Paulo Holanda** concordou e ajustou a
475 proposta para "quaisquer eventos governamentais do estado", abrindo a palavra
476 para a opinião dos conselheiros Lydia e Vanderley. **Conselheiro Vanderley**
477 **Pinheiro** sugeriu que a proposta poderia contribuir para as ações culturais de
478 forma mais abrangente. **Conselheiro Paulo Holanda** explicou que a proposta
479 tratava especificamente da participação de artistas locais em eventos
480 governamentais, garantindo a presença desses profissionais em espaços
481 oficiais, como recepções governamentais e eventos comemorativos.
482 **Conselheiro Dudson Carvalho** mencionou que a proposta também deveria
483 respeitar as cotas previstas em lei, como cotas raciais, e que a redação da
484 proposta deveria incluir essas diretrizes já estabelecidas em legislações federais.
485 **Conselheira Lydia Lúcia** apoiou a manutenção da proposta com possíveis
486 ajustes futuros, destacando que a proposta ainda passaria por mais discussões
487 e estudos. **Conselheiro Paulo Holanda** informou que a reunião estava próxima
488 do fim e passou a discutir uma nova proposta relacionada à inteligência artificial.
489 Ele mencionou a importância de criar mecanismos para evitar que a inteligência
490 artificial prejudique a cultura de base. **Conselheiro Dudson Carvalho** brincou,
491 dizendo que o comentário o deixou preocupado. **Conselheiro Vanderley**
492 **Pinheiro** pediu para repetir o comentário, e conselheiro Paulo Holanda sugeriu
493 que o tópico fosse incluído no caderno reserva. A discussão seguiu com a
494 proposta de criação de um dicionário do linguajar caboclo, que foi considerada
495 como uma iniciativa mais acadêmica e também destinada ao caderno reserva.
496 Sobre a criação de um núcleo de estudos afro-indígenas no estado do
497 Amazonas, os conselheiros observaram que já existem núcleos semelhantes
498 nas universidades, mas não no âmbito do conselho, o que levou à conclusão de
499 que a proposta também teria um foco mais acadêmico e deveria ser
500 encaminhada ao caderno reserva. Em relação à proposta de criar um fundo de



501 apoio à preservação de terreiros de umbanda, **conselheiro Dudson Carvalho**
502 **e conselheiro Vanderley Pinheiro** consideraram que a proposta estava muito
503 direcionada a uma única religião, o que a tornava restrita. Por isso, foi decidido
504 encaminhar a proposta ao caderno reserva. Outra proposta debatida foi a de
505 realizar campanhas educativas sobre religiões de matrizes africanas e
506 indígenas, que recebeu apoio, com **conselheiro Dudson Carvalho** destacando
507 a necessidade de desconstruir preconceitos e permitir o conhecimento dessas
508 culturas nas escolas. A proposta foi mantida para ser estudada em conjunto com
509 a Seduc. A proposta de garantir apoio psicológico a jovens que sofreram
510 repressão homofóbica, racista ou religiosa foi considerada fora do escopo do
511 conselho e encaminhada ao caderno reserva. Sobre a proposta de garantir
512 espaços públicos para celebrações religiosas de umbanda, **conselheiro**
513 **Dudson Carvalho** sugeriu que a questão fosse ampliada para incluir outras
514 religiões de matriz africana, considerando a necessidade de locais adequados
515 para as práticas religiosas. **Conselheiro Paulo Holanda** sugeriu a redação
516 "celebração religiosa de matrizes afro-diaspóricas", que foi aceita com ajustes
517 futuros possíveis. A reunião foi finalizada pelo **conselheiro Paulo Holanda**, que
518 agradeceu a participação de todos e marcou o próximo encontro para quinta-
519 feira, quando a discussão continuaria com as propostas de Novo Airão.

PAULO CÉSAR MARQUES HOLANDA

Presidente – 4ª Reunião da Comissão do PEC – I etapa

LISTA DE PRESENÇA:

MEMBROS TITULARES/SUPLENTE:

De Forma Remota:

1. Dudson Campos Carvalho – Titular representante de Artes Visuais e Novas Mídias;
2. Lydia Lúcia Nunes de Sousa – Titular em exercício representante de Cultura Afrodescendente;
3. Vanderley Pinheiro – Titular representante de Circo;

EQUIPE DE APOIO DO CONEC:

Elaboração da Ata:

4. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Transcrição:

5. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;
6. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC.

Equipe de Apoio Jurídico Administrativo:

7. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
8. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
9. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

Tecnologia da Informação:

10. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.